



**COLABORAÇÃO: COMPONENTE ESSENCIAL AO PPP**

**BELO HORIZONTE**

**2011**

**Kênia Victorino de Sousa Carvalho**

**COLABORAÇÃO : COMPONENTE ESSENCIAL AO PPP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão.

Orientadora: Profª Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira

**Belo Horizonte**

**2011**

**Kênia Victorino de Sousa Carvalho**

**COLABORAÇÃO : COMPONENTE ESSENCIAL AO PPP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> . Jacqueline Silva Figueiredo Pereira (orientadora) – UFMG

---

Prof. Dr.

– UFMG

Belo Horizonte, X de julho de 2011

Dedico este trabalho a meu marido Renan e aos meus filhos Victor e Arthur pelo apoio, incentivo e companheirismo na concretização deste sonho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço este meu trabalho a Deus, que me deu o dom da vida e da sabedoria. Agradeço a minha família, pelo amor incondicional. Aos meus professores, pelos conhecimentos adquiridos. E finalmente a todas as pessoas que me deram forças para continuar e não desistir deste sonho.

Não podemos acabar com todos os problemas, dúvidas ou medos, mas podemos ouvir e dialogar juntos para podermos procurar soluções. Não podemos apagar as mágoas e as dores do passado nem podemos decidir qual será o futuro, mas no presente podemos dialogar sempre que precisarmos um do outro. Não podemos impedir tombos, mas podemos oferecer um diálogo aberto e mãos para agarrar e levantarmos. Alegrias, triunfos, sucessos e felicidade não nos pertencem, mas risos e sorrisos fazem parte dos maiores bens quando conversamos. Não é de nossa alçada tomar decisões por alguém, nem podemos julgar as decisões que as pessoas tomam, mas podemos dialogar, apoiar, encorajar e ajudar se pedirem. Não podemos traçar ou impor limites, mas podemos apontar caminhos alternativos, procurar medidas de crescimento, formas de se encontrar, meios de ser sem medo de rejeição através de um bate papo contínuo. Não podemos salvar um coração de ser partido pela dor, pela mágoa, perda ou tristeza, mas podemos conversar chorar e ajudar a juntar os pedaços. Não podemos dizer quem somos e nem ou como deveríamos ser. Mas podemos falar, ouvir, amar e praticar falas alternadas. Ou seja, simplesmente dialogar!

Fábio Melo

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o estudo da relação do trabalho em equipe entendido aqui, como elemento essencial a formatação, implantação e sucesso do Plano Político Pedagógico (PPP) escolar. Foi realizada uma pesquisa sobre a importância do espírito de equipe frente a realidades escolares a fim de melhorar a qualidade do ensino aprendizagem. Foram pesquisados assuntos literários que abarcam a legislação educacional, trabalho coletivo e função do PPP diante da gestão democrática da escola e abordados os seguintes tópicos: a luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: incentivando a coletividade no PPP escolar; por um PPP colaborativo, construtor de novas realidades e Gestor democrático: atuação pretendida frente ao PPP e a função do gestor democrático: na vivência escolar e na prática educacional. A proposta deste trabalho foi possibilitar uma reflexão frente à complexidade do PPP escolar e o desafio do gestor democrático em engajar compromissos e promover a colaboração junto a sua equipe escolar e comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** colaboratividade, equipe, reflexão, compromisso, gestão democrática.

## SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO .....	09
2- Entendendo melhor a colaboratividade na escola .....	10
2.1- A luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: incentivando a Coletividade no PPP escolar .....	10
2.2- Por um PPP colaborativo construtor de novas realidades .....	11
2.3- Gestor democrático: atuação pretendida frente ao PPP .....	14
2.4- A função do gestor democrático: na vivência escolar e na prática educacional .....	16
3-CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	20
4-REFERÊNCIAS .....	21
5-ANEXO .....	22



## 1 – INTRODUÇÃO

Este estudo enfocou a necessidade da colaboração na promulgação do PPP mostrando a complexidade das relações presentes nas inter-relações culturais, sociais e políticas englobadas no contexto escolar.

Buscou-se desta forma reconhecer relações que permeiam a construção do PPP no contexto escolar e desenvolveu o tema visando entender melhor algumas questões: Como fortalecer o espírito de equipe escolar visando à construção coletiva do PPP? Os esforços, enquanto gestora, em prol desta participação ativa de profissionais educacionais e comunidade no entorno são alcançados?

Advogou-se, ao gestor democrático, uma maior colaboratividade entre a escola e seus pares afins com vistas a uma atuação mais participativa visando melhora do PPP constituído de forma coletiva, para que atinjam os objetivos firmados em proporcionar uma melhoria no crescimento e desenvolvimento do aluno dentro da instituição escolar, familiar e a sociedade em geral.

Optou-se então, dentro do tema e frente a indagações da realidade escolar, desenvolver uma pesquisa sobre a importância desta colaboração. Deste modo, tomou-se por base referenciais literários e/ou eletrônicos sobre como o trabalho coletivo dariam forma e avanços ao PPP diante de uma gestão democrática a fim de reconhecer a colaboração como chave mestra na construção de um PPP escolar.

Abordou-se no primeiro capítulo um breve comentário sobre a legislação que trata da importância do PPP empreendido com coletividade e a possibilidade de mudanças a partir de sua construção. O segundo tópico enfocou a importância deste PPP colaborativo como instrumento de melhoria na qualidade da educação possibilitando a reconstrução de novas realidades. O terceiro capítulo ressaltou a importância da função do gestor democrático frente à necessidade da colaboratividade. Finalmente o quarto capítulo mostrou a função do gestor democrático na vivência escolar, seus desafios e possibilidades.

## 2 - Entendem melhor a colaboratividade na escola

### 2.1 A luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: incentivando a coletividade no PPP escolar.

Regulamentou-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB), em seu artigo 12 que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitado as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:  
I- elaborar e executar sua proposta pedagógica;  
VI- articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;  
VII- informar os pais e responsáveis sobre freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. (LDB, 1998, p.21).

O artigo acima citado estabeleceu a importância da escola e de seus agentes sociais em elaborar e fazer cumprir o PPP de forma articulada, estruturando ações capazes de equacionar e resolver problemas dos educandários, em prol do crescimento dos alunos, ajudando a todos a enfrentar desafios rotineiros de forma mais eficiente.

Seguindo os preceitos legais, o PPP da escola engendrou ações que produziram caminhos integrados, baseados na coletividade e nos compromissos firmados. Estas ações agregariam condutas aos agentes comunitários e educacionais, traçando objetivos na busca incessante do fazer acontecer, com propriedade e clareza em relação ao desempenho que todos assumiram e a disponibilidade para com:

(...) a vida e os seus contratempos. Estar disponível é estar sensível aos chamamentos que nos chegam aos sinais mais diversos que nos apelam, ao canto do pássaro, a chuva que cai ou que se anuncia na nuvem escura, ao riso manso da inocência, a cara carrancuda da desaprovação, aos braços que se abrem para acolher ou ao corpo que se fecha na recusa. (FREIRE, 1996, p.134).

Entendeu-se a vida como algo mutável, passível de contratempos na busca do despertar da sensibilidade, da necessidade de atuar juntos, de forma coesa, como uma equipe, ou seja, conjunto de pessoas agrupadas com o objetivo comum de promulgar o

resultado positivo do PPP. Neste véis fez-se necessário, dedicação de todos os envolvidos, estruturando-se um grupo, com posições que reconheceriam a importância do compromisso firmado.

Através desta formação de equipe e na busca pelo sucesso, observou-se estabelecida à consciência generalizada de que juntos somos fortes e devíamos lutar para conviver e promover espaços compartilhados em prol da construção de uma vida mais digna. Advogou-se então, uma postura de compromisso, orientada pela:

(...) definição conjunta de objetivos e metas comuns, compreendidos e desejados por todos; o estabelecimento de canais de comunicação, em que sejam passadas informações, realizadas consultas, envolvendo troca de idéias entre direção, equipe técnica, professores e pares afins; o desenvolvimento de habilidades necessárias para a participação eficaz nas atividades da escola e no trabalho em equipe; a utilização ao máximo das capacidades criadoras de cada um dos membros da equipe. (LIBÂNEO, 2004, p.103-104).

Definiram-se objetivos desejados por todos e a abertura ao diálogo e ao comprometimento da equipe em ganhar vultuosidade e articular-se de forma eficaz. Acreditou-se que a colaboratividade promulgaria avanços na qualidade do ensino aprendizagem e na formação cidadã dos alunos e neste sentido o aprimorar do diálogo na escola levou em consideração o aluno que precisa se desenvolver e a qualidade do ensino melhorar frente aos objetivos firmados no PPP. Colaboração encerraria assim uma parceria com a família, com a comunidade e com os agentes sociais que com seus papéis distintos e importantes iriam se complementando. Necessário se fazia, reforçar a função de gestor democrático em empreender condutas ativas a sujeitos pensantes, abertos ao diálogo, que ouviam, viam, sentiam, observavam, criticavam, experimentavam, recriavam, decidiam e atuavam como cidadãos políticos frente às intempéries.

## 2.2 – Por um PPP colaborativo construtor de novas realidades.

Um PPP colaborativo requereu participação e envolvimento para que trajetórias fossem trilhadas em busca de objetivos firmados. Libâneo (2004, p.139-140) apontou a necessidade de caminhos conscientes afirmando que a escola precisa se transformar em um lugar de: [...] compartilhamento de valores e de aprender conhecimentos, desenvolver capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas, estéticas. [...] lugar de formação de competência para a participação na vida social, econômica e cultural.

O PPP neste sentido envolveu o âmbito escolar, aclamando a formação de competências para que a escola fosse efetivamente um lugar de partilha de valores e disseminação de saberes, testemunhando assim, a efetivação destes espaços coletivos e democráticos tornando-se responsabilidade política e social de todos.

O sistema escolar neste prisma não era mais visto como espaço isolado ele se integrava e lutava por:

(...) traçar seu próprio caminho, envolvendo professores, profissionais educacionais, alunos, funcionários, pais e comunidade próxima que se tornem co-responsáveis pelo êxito da instituição. Dessa forma, a organização da escola se transforma em instância educadora, espaço de trabalho coletivo e de aprendizagem. (LIBÂNEO, 2004, p.142).

Criou-se então um caminho coletivo por parte dos educadores, alunos, professores, gestores e agentes sociais em atuar com responsabilidades num crescente aprimoramento da prática pedagógica. Ao gestor democrático coube então objetivar a (re) construção de novas posturas, diversificando a articulação entre a escola e a comunidade envolvendo a todos na busca por uma maior participação e exploração do PPP.

Na atuação do gestor democrático viu-se a urgência em (re) construir sua colaboração na escola para que realmente todos apreendessem e crescessem. Empreendeu a coletividade e clamou-se por atitudes decisivas ao gestor, para que realmente ocorressem mudanças.

Libâneo argumentou que se devia articular uma:

(...) co-responsabilidade consciente, partilhada, solidária, de todos os membros da equipe escolar, de modo a alcançar, eficazmente, os resultados de sua atividade – a formação cultural e científica dos alunos e o desenvolvimento das potencialidades cognitivas e operativas. (LIBÂNEO, 2004, p.142).

Diante do entendimento e afirmação da “colaboratividade”, viu-se sendo construída na escola, um ambiente favorável na busca por despertar melhorias nos processos escolares e, por conseguinte no desenvolvimento dos alunos.

Para tanto era preciso permitir ao PPP que se tornasse um instrumento de participação:

Estando presente a exigência da participação de professores, pais, alunos, funcionários e outros representantes da comunidade, bem como a forma de viabilização dessa participação: a interação comunicativa, a busca do consenso em pautas básicas, o diálogo... (LIBÂNEO, 2004, p.143).

Com esta argumentação, Libâneo apontou o modo de se alcançar o êxito do PPP com participações ativas que acolhessem experiências e produções conjuntas na formatação de condutas conscientes. Para tanto, recortes da realidade e intervenções dos pares sociais e da escola deviam centrar seus processos suscitando avanços no ensino-aprendizagem e na construção de uma sociedade mais solidária visto que:

(...) o PPP, como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2005, p.1).

O desafio pairava então, em preparar esta equipe para conviver com o novo, empreendendo mudanças propositais e atuando de forma convidativa com todos para que colaborassem e participassem efetivamente do PPP na produção de realidades mais justas e humanas.

### 2.3 – Gestor democrático: atuação pretendida frente ao PPP

Sabia-se da complexidade em conseguir aproximar professores, pais, comunidade e pares afins para que trabalhassem juntos pelo desenvolvimento do PPP.

Ao gestor, coube a difícil missão nesta perspectiva democrática de fazer com que:

(...) cada um debata sua idéia e construa coletivamente as idéias prioritárias, fundamentadas e necessárias as sábias tomadas de decisões sobre a educação e o ensino, isto é sobre a formação humana para o mundo globalizado. Quando idéias são expostas, examinadas e debatidas, constroem-se novas idéias que vão originar novas perfeições não individuais, mas cultivadas e lapidadas coletivamente numa verdadeira perfeição necessária a formação humana, pela qual a escola é responsável - o PPP. (FERREIRA et al., 2006, p.311).

Nesta empreitada foi preciso manter o compromisso firmado e estabelecido coletivamente, estabelecendo, no consenso das reflexões coletivas, a participação e promulgação de idéias que foram defendidas. Por vezes, cobrados a interagir Libâneo (2004, p.143), mostra que atuar como gestor incute em: (...) coordenar, mobilizar, motivar, liderar, delegar responsabilidades decorrentes das decisões aos membros da equipe, buscando mediar desafios e apresentar possibilidades reais de soluções.

Baseado nestas atuações mediadoras do PPP viu-se a instrumentalização valiosa em atuar positivamente frente a tais situações problemáticas, como comenta DAVIS (et al, 2002, p.73): “entre as ansiedades, desejos e intenções dos sujeitos escolares e o planejamento concreto de ações cotidianas. É na prática que atores escolares produzem reflexões coletivas acerca dos problemas e conseqüentemente concebem soluções”.

Com o PPP em mãos ficou mais fácil interagir e promulgar uma reflexão objetivando um clima de compromisso coletivo dentro do processo de organização, reorganização, implantação e avanços na escola.

Dentre tais reflexões, o perfil de gestor democrático alargou e conciliou dimensões no intento que era:

(...) a técnica e a política. A qualificação técnica que requer o domínio dos fundamentos da educação e da pedagogia- com sua indispensável base docente- e o conhecimento dos processos de gestão de uma organização. Os requisitos políticos requerem sensibilidade para perceber e se antecipar aos movimentos da realidade, capacidade dialética de negociação de conflitos nas relações interpessoais, sem negar as diferenças, coordenando as forças institucionais na direção de sua finalidade. (FERREIRA et. al., 2006, p.174).

Não se pode deixar de lado é claro que além dos conhecimentos técnicos, políticos que sustentavam a função do gestor, coexistiam habilidades adquiridas na rotina escolar e no que vivenciava dia a dia. Afinal a tarefa de:

- Dirigir e coordenar o andamento dos trabalhos, o clima do trabalho, a eficácia na utilização dos recursos e meios, em função dos objetivos da escola;
- Assegurar o processo participativo na tomada de decisões e ao mesmo tempo, cuidar para que essas decisões se convertam em ações concretas;
- Assegurar a execução coordenada e integral das atividades dos setores e elementos da escola, com base nas decisões tomadas coletivamente;
- Articular as relações interpessoais na escola e entre a escola e a comunidade. (LIBÂNEO, 2004, p.215-216).

Formatados: Marcadores e numeração

Lutou-se por exercer autoridade de forma descentralizada, delegando tarefas a todos os membros da escola. Exigiu-se responsabilidade, disciplina, organização para com as decisões grupais tomadas. Decidiu-se sobre qual alternativa melhor se adequaria a meta pretendida. Buscou-se com iniciativa e criticidade, criar soluções viáveis frente a imprevistos.

Normalmente defrontamos com:

Uma série de situações conflitantes e imprevisíveis, que demandam atenção e nos impedem de seguir o planejamento definido. Participamos de cursos sobre planejamento e elaboração de projeto pedagógico, recebemos manuais sobre o plano de desenvolvimento da escola, ficamos envolvidos com a tarefa de preencher papéis, mas permanecemos sem tempo para discutir o trabalho a ser desenvolvido com o coletivo de sua escola. (DAVIS, ET. al, 2002, p.64).

Nos desafios da função, vivenciou-se uma gama de situações conflitantes que se repetiam , dificultando o desenrolar do trabalho e sucessivamente necessário se fazia rever atuações para não perder de vista os objetivos sistematizados em prol da melhoria da qualidade do ensino ofertado.

## 2.4 – A função do gestor democrático: na vivência escolar e na prática educacional.

A presença de profissionais educadores, comunidade e pares afins com perfis, culturas e saberes tão diferenciados na escola criaram desafios para a atuação do gestor.

Ser gestor implicou como condiz FERREIRA:

(...) na concepção de gestor comprometido com o processo social. Um profissional com capacidade de inovação, de participação nos processos de tomada de decisão, de produção de conhecimento, de participação ativa nos processos de reconstrução da sociedade, via implementação da cidadania. (FERREIRA et. al., 2006, p.189).

Necessário se fazia ser competente qualificado e consciente do significado da função, atuando diante da presença da diversidade em nossa sociedade contemporânea capitalista, pós-industrial e globalizada. Abarcando uma atuação de grupo coeso para que se praticasse o diálogo em prol da melhoria da qualidade da escola.

Por vezes, a intuição, o discernimento perpassou as limitações da função gestora. Buscou-se a colaboratividade como forma de autenticar o PPP motivando aqueles que se atrelavam ao comodismo e preferiam não se envolver.

A função de gestor exigiu constante validação da argumentação democrática em reconstruir com atitudes conscientes sobre o que é possível melhorar na escola. Atuou-se sobre o que era possível modificar frente às realidades escolares e induziu os colaboradores a ação. Agiu-se em consonância aos dizeres de Davis que comentou a necessidade de relações:

(...) permeadas por princípios democráticos- respeito ao outro, solidariedade, liberdade- as pessoas crescem no aprendizado e no exercício da democracia, caso contrário, a escola na função do gestor falha na socialização do saber sistematizado. A escola e ao gestor cabe ensinar a convivência democrática, o respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos.(DAVIS, et. al, 2002,p.33).

A busca por democratizar este campo exigiu capacidade dialógica em deflagrar respeito, solidariedade e liberdade de expressão. Urgiu infringir atitudes, formular



perguntas, solidificar propostas, firmar a interação de todos com um PPP possível , repensando objetivos de difícil concretização, idealizando e estimulando a todos em buscar metas e objetivos aceitáveis .

Acreditou-se que uma das tarefas mais importantes e de difícil manejo, para gestores democráticos, seria o de propiciar condições a todos para que ensaiem a experiência profunda de encarar o real e engendrar novas posturas e compromissos. coube então por excelência ao gestor a capacidade de enxergar no PPP suas necessidades e possibilidades, atuando democraticamente num ato permanente de (re) construção da coletividade, numa caminhada ininterrupta fazendo com que, todos participassem do PPP despertando o desejo de contribuir. A colaboratividade vivenciada na escola, e estimulada produziu então, verdadeiramente, avanços na qualidade da escola. E exigiu aplicação de estratégias que levassem a todos a avançar em seus questionamentos, integrando ações frente ao PPP de se ajustar a realidade e mudá-la.

É algo árduo que representa um grande desafio a função de gestor. Mas, a decisão em enfrentar essa passividade partiu da convicção de que mudar era preciso. Neste ofício a renovação era necessária com o objetivo de transcender atitudes contemplativas e desafiar a todos em buscar, apoiados pelo PPP e evoluções na escola.

### 3- CONCLUSÃO

A busca da colaboratividade fez parte da função do gestor democrático, que precisava promover ações que envolvessem ativamente os parceiros frente às propostas estruturadas no PPP da escola em prol da melhoria da educação e crescimento dos alunos.

A princípio, articulações eram difíceis diante das necessidades reais da escola, lutou-se pela efetivação de posturas que levassem a reflexão, o respeito multicultural e o exercício consciente do cidadão e neste caminho existiram barreiras que impediram o papel de gestor democrático comprometido com a construção e respeito aos objetivos propostos no PPP.

Repensar, a todo o momento, a formação e buscar autonomia que levassem pares afins a criar, articular, e refletir com os problemas que surgissem foi o ideário propagado. Vivenciou-se experiências ímpares, na bagagem cultural da comunidade, e estabeleceram-se regras de convivência coletiva que originariam espaços para o diálogo e maior participação de todos.

Acreditou-se ser possível consolidar a colaboratividade, vinculando a experiência prática adquirida na reconstrução de posturas dentro dos diversos segmentos da escola que promoviam a construção efetiva de melhorias no PPP.

Para tanto se reafirmou o repensar sobre o papel da escola, na instituição, ampliando assim a visão do PPP como ferramenta eficaz passível de qualificar, com excelência, o ambiente escolar, maximizando resultados positivos durante todo o processo de criação, formatação e evolução desta construção na escola.

### 3- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – 9394/96. Brasília – DF. 1996.
- DAVIS. Claudia, VIEIRA, Sofia Lerche, **Gestão da escola. Desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002
- FREIRE. P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.
- Naura Syria Carapeto Ferreiro, Márcia Ângela da S. Aguiar (orgs.) - **Gestão da Educação**. Impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006.
- OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Salto para o futuro, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-3, 2005.



## **PPP DA ESCOLA MUNICIPAL DOM JOSÉ GASPAR**

### **01 – Introdução**

A Escola Municipal “Dom José Gaspar” localizada no centro da cidade de Ibiá – MG, à rua Quarenta, nº16, acumula 78 anos de amor à educação. Foi criada em 22 de março de 1932, de acordo com o Decreto nº 10.264, tendo sido autorizada no dia 01 de julho de 1932. Sua primeira instalação se deu em 21 de maio de 1931, com a denominação de Escolas Reunidas da Vila de Ibiá. Após decreto de criação e reconhecimento pelo Governo do Estado de Minas Gerais, passou a denominar-se Grupo Escolar de Ibiá. Outra denominação aconteceu em 07 de agosto de 1946, como Grupo Escolar “Dom José Gaspar”, de acordo com o Decreto nº 2.273 da mesma data. Passou a denominar-se Escola Estadual “Dom José Gaspar” de 1º Grau, tipo 1.2, em 09 de maio de 1974. Esta escola foi criada pelo Governo do Estado, quando era governador o Exmo. Sr. Dr. Olegário Maciel. Tomou posse como diretor interino, aos 21 de maio de 1931, o professor Eduardo Afonso de Castro. Aos treze de junho de 1932, tomou posse a 1ª diretora do estabelecimento, designada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a professora Maria Costa Noronha, sendo que, a partir daí, outras diretoras sucederam-na. Finalmente, a escola passou a denominar-se Escola Municipal “Dom José Gaspar” de 1º Grau, através da Resolução 8477/98, Minas Gerais de 31 de Janeiro de 1998, que instituiu a municipalização no Estado de Minas Gerais.

A Escola Municipal “Dom José Gaspar” compromete-se com a Educação Infantil de 04 e 05 anos de idade, e Ensino Fundamental de 09 anos. Propõe metas conscientes de avanço e crescimento de sua prática pedagógica sendo que a ordem é qualificar os serviços de atendimento ao aluno, com vistas a uma educação transformadora da sociedade, como precursora de um jeito novo de caminhar, onde o aluno tenha possibilidade de ampliar seus conhecimentos de mundo, implantando uma

pedagogia de projetos que atenda a diversas áreas do conhecimento calcada em valores éticos, cidadania, motivação, participação e compromisso.

Hoje, a Escola Municipal Dom José Gaspar, sob a direção de Oneile Maria de Andrade Oliveira, conta com 30 funcionários sendo: 16 professores regentes, 01 professor de educação física, 01 coordenadora pedagógica, 01 bibliotecária, 01 secretária, 08 serventes escolares e 01 funcionário para serviços gerais. Realizamos um atendimento à 230 alunos distribuídos em dois turnos.

Tendo como foco principal do nosso trabalho o ensino e a aprendizagem, visamos uma ação democrática e participativa que percebe em todos os membros da comunidade escolar agentes transformadores diretos da realidade educacional de nossos alunos. Elaboramos este documento coletivamente em reunião extra-turno, lavrada em ata, onde todos os membros da comunidade escolar: diretora, professores, funcionários e pais de alunos, foram convidados e convocados a participar dando suas opiniões e sugestões para o aprimoramento do mesmo que, norteará nossos caminhos apontando a realidade de nossa escola e traçando metas para que o êxito se faça continuamente presente em nosso meio.

LIBÂNEO afirma que: *“O projeto pedagógico é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos.”*

## **02 – Finalidades da Escola**

A Escola Municipal “Dom José Gaspar”, consciente de seu papel na sociedade, busca promover uma educação transformadora e de qualidade, articulada com o mundo moderno e seu tempo, com vistas a transformar o indivíduo, nosso aluno, em um cidadão responsável e consciente de seus direitos e de seus deveres, devendo desenvolver habilidades cognitivas, afetivas, humanas e psicossociais que irão facilitar as suas vivências e experiências como agente de sua própria história de vida.

A educação de qualidade deve rever sempre seus conceitos, construir, instruir, instrumentalizar o sujeito, pois este é um processo contínuo permanente. Cabe, portanto à escola, como instituição social democrática, possibilitar ao aluno a ampliação de sua capacidade reflexiva e questionadora no sentido do desenvolvimento da

consciência crítica, afim de que ele possa não só interagir com o outro, mas com o meio e também possa fazer as inferências necessárias, pautadas na ética e no respeito humano.

Ao professor, que é o mediador dessa educação transformadora, cabe a orientação permanente e o desenvolvimento da criatividade do aluno e das habilidades básicas necessárias à construção de sua personalidade, bem como o apoio familiar que deve pautar todo o processo por ser de valor inestimável no amplo desenvolvimento da criança.

Em vários aspectos a educação precisa romper barreiras como tem sido feito principalmente na educação inclusiva e na escola, lugar em que muitas crianças encontram a oportunidade de aprender que, todos merecem ser tratados com dignidade, porém respeitando a sua singularidade. A concepção da educação inclusiva foi implantada com respeito ao aluno, diagnosticando e se adequando às suas necessidades. Conhecendo melhor o aluno e aprendendo como ajudá-lo a expandir seus limites, mantendo flexibilidade e criatividade com todos os recursos disponíveis a serem usados, de forma que prepare os profissionais e os demais alunos para serem receptivos, úteis, carinhosos, mas que nunca os inutilizem ou tenham pena dos mesmos.

Atendemos a uma clientela em que se reflete a sociedade contemporânea, níveis socioeconômico-culturais, mas com uma visão em sua maioria elitista. São crianças que recebem na família uma educação mesclada entre o status social implantado por estudar numa escola que, de longa data tem um histórico de referência em educação no município não só pelo fato de localizar na região central da cidade como também e principalmente por ser a escola mais antiga que foi pioneira e somente de alguns anos para cá tem a “concorrência saudável” de escolas da rede particular e das demais públicas e a qualidade dos serviços oferecidos por uma escola pública, mas que atende indiscriminadamente a todos os alunos com o propósito claro e firme de calcar suas ações na ética, nos valores humanos e na educação para a cidadania.

Promover uma prática pedagógica voltada para os processos de construção do conhecimento. Em caráter multidisciplinar respeitando as diversas fases do desenvolvimento da criança. Desenvolver suas competências cognitivas, afetivas,

motoras, atitudinais e orais no Ensino Fundamental de 09 anos a formação básica nas capacidades de aprender com pleno domínio da leitura, da escrita, do cálculo, do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e da cultura, logo adquirindo autonomia para sua vida escolar posterior.

Acreditando-se que a família e a escola precisam caminhar juntas para uma educação de qualidade, a escola realiza promoções, palestras, reuniões e projetos, neste caso utilizando-se da metodologia dos temas transversais, de forma contextualizada, envolvendo a família e a comunidade a fim de unir-se em prol do desenvolvimento da criança. A instituição valoriza o trabalho cooperativo expresso pelo colegiado, conselho de classe entre outros para aprimorar a prática educativa, criando também momentos para reflexões sobre o desenvolvimento do aluno de forma democrática e participativa.

### **03 - Estrutura Organizacional**

#### **Articulação e integração dos profissionais da escola.**

- Reuniões pedagógicas e/ou administrativas sistemáticas; Encontros periódicos, orientados por equipes qualificadas de professores e especialistas; Maior acesso à biblioteca, no sentido de ampliar o universo de pesquisa e leitura; Priorização do trabalho interdisciplinar e contextualizado – uso da pedagogia de projetos. A equipe pedagógica da Escola Municipal “Dom José Gaspar” conta com 01 especialista ou seja, 01 coordenadora pedagógica no horário de funcionamento.

#### **Instrumento de comunicação da frequência e desempenho dos alunos aos responsáveis.**

A comunicação da frequência e desempenho dos alunos ocorrerá sempre que houver necessidade. Ao final de cada bimestre é realizado o Conselho de Classe composto pelo corpo docente e técnico-pedagógico, coordenado pela diretora e pela especialista em educação. Este instrumento é utilizado para facilitar a comunicação da realidade dos alunos na reunião de pais e mestres.

**Conselho de Classe.**

Seção VIII – Do conselho de classe

Art. 26 – O conselho de classe tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno.

Art. 27 – O conselho de classe é composto pelo corpo docente e técnico-pedagógico, devendo ser coordenado pelo diretor ou por um profissional por ele indicado.

Art. 28 – Compete ao conselho de classe:

- Subsidiar a construção do Projeto Político Pedagógico, servindo de fórum de discussão no ano de escolaridade para definição de:
  1. Metodologias e estratégias de ensino; Critérios de seleção de conteúdos curriculares; Projetos coletivos de ensino e atividades; Formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso nas séries; Critérios para apreciação do desempenho dos alunos ao longo e ao final da série; Elaboração de fichas de registro do empenho do aluno para o acompanhamento no decorrer das séries e para informação aos pais; Formas de relacionamento com a família; Propostas curriculares diversificadas em função dos interesses e necessidades do aluno; Propostas de organização dos estudos complementares e suplementares.

**Regime de funcionamento.**

O ano letivo será de 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar, com uma carga horária anual mínima de 900 horas. A jornada escolar diária, de segunda à sexta-feira de 4:30 horas para o primeiro turno e para o terceiro turno ( 7:00 às 11:30 horas e 12:30 às 17:00 horas), sendo que, para a educação infantil será de 4:00 horas. O efetivo trabalho escolar corresponde às atividades realizadas na sala de aula e em outros ambientes educativos, desde que obrigatórios para todos os alunos. A escola manterá sistemática e contínua comunicação com as famílias, para que a frequência à escola seja objeto de acompanhamento.

**Direção e colegiado.**



Artigo 9 a 10 do Regimento escolar – A educação infantil e o ensino fundamental de 9 anos é dirigido por diretor legalmente habilitado nos termos da legislação de ensino para o exercício do cargo, indicado pela entidade mantenedora.

É função do diretor na escola, ser articulador político-pedagógico e administrativo do estabelecimento contando com o apoio do colegiado escolar.

### **Colegiado escolar.**

Artigo 17 – O colegiado escolar é um órgão representativo da comunidade com funções de caráter deliberativo e consultivo, nos assuntos referentes à gestão administrativa, financeira e pedagógica.

O colegiado será composto pelo diretor da unidade de ensino que o presidirá e por até treze representantes na proporção de um por cada segmento:

1 – professores, especialista de educação e demais servidores da unidade de ensino; 2 – pais ou responsáveis pelos alunos regularmente matriculados.

Cada representante terá um suplente, sendo ambos eleitos pelos membros de seu respectivo segmento em assembléia, para mandato fixo, conforme legislação vigente e estatuto próprio.

### **Competências do colegiado escolar.**

Artigo 19 – Compete ao colegiado escolar: 1 – Participar da elaboração, avaliação, reformulação e do acompanhamento do PPP. 2 – Analisar e aprovar o calendário escolar; 3 – Opinar sobre questões relativas ao rendimento escolar, indisciplina, infrequência de alunos e outros casos; 4 – Propor a expansão do atendimento escolar e a organização da escola; 5 – Recomendar providências adequadas à melhor utilização do espaço físico, do material escolar e didático, da merenda e do aproveitamento racional dos servidores da escola; 6 – Acompanhar o processo de avaliação de desempenho e analisar a mesma, emitindo parecer quando chamado a se pronunciar; 7 – Referendar as decisões do diretor quanto à aplicação das penalidades previstas em lei; 8 – Apreciar e emitir parecer conclusivo sobre o desligamento dos membros do colegiado, motivado pelo descumprimento das normas estabelecidas em seu estatuto; 9 – Analisar e aprovar a proposta orçamentária de aplicação de recursos financeiros; 10 – Analisar e aprovar a

prestação de contas referente à aplicação de recursos financeiros;11- Participar do programa de avaliação da escola pública.

### **Matrícula.**

Artigo 88 – Comete a escola a divulgação amplamente o edital de matrícula, bem como os critérios estabelecidos pelo regimento escolar.

Artigo 89 – A renovação da matrícula dos alunos será efetivada ao final da fase de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 90 – A escola reserva-se o direito de oferecer limites de vagas por turno de acordo com suas peculiaridades.

Artigo 92 – A primeira matrícula do aluno na escola deverá ser efetuada com fotocópia da certidão de nascimento, declaração e ficha individual se tiver vindo de outra escola.

Artigo 93 – Não será negada a matrícula por motivo de crenças, raça, sexo, condição social, convicção política, bem como aos que necessitam de atendimento especial.

Artigo 94 – A matrícula de alunos transferidos poderá ocorrer em qualquer época do ano.

Artigo 95 – O controle de frequência dos alunos é de responsabilidade do professor.

Artigo 98 – Terá sua matrícula cancelada o aluno que sem justificativa deixar de comparecer à escola até o vigésimo quinto dia letivo após o início das aulas ou a contar da data de efetivação da matrícula se esta ocorrer durante o ano letivo.

### **Frequência.**

Artigo 121 – A frequência tem por finalidade propiciar condições mínimas para a realização do processo ensino-aprendizagem.

Artigo 122 – Compete à escola informar aos pais ou responsáveis sobre a frequência e o desempenho dos alunos, adotando para tanto, medidas preventivas.

Artigo 123 – O aluno que apresentar desempenho satisfatório e frequência inferior a setenta e cinco por cento (75%), será submetido a um processo de reclassificação no final do período letivo.

Artigo 124 – Será dispensado tratamento específico ao aluno que se encontre em situações especiais previstas em lei.

**Caixa Escolar.**

A caixa escolar é uma sociedade civil com personalidade jurídica e de direito privado instituída em nossa escola. É regida por um estatuto próprio designada pelo nome da escola. É função da caixa escolar, administrar os recursos recebidos do FNDE - PDDE, da comunidade, de entidades públicas e privadas e aqueles advindos da promoção de campanhas realizadas pela própria escola. É também sua função viabilizar a aplicação dos recursos de acordo com o Plano de Aplicação aprovado pelo colegiado escolar.

**04 - Currículo**

A Educação básica formada pela Educação infantil e Ensino Fundamental no ciclo inicial e complementar tem o objetivo de desenvolver integralmente o educando, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade; assegurando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e progressão em estudos posteriores. Objetivando:

- Proporcionar o desenvolvimento integral da criança de 04 a 05 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (Educação Infantil); Possibilitar ao educando oportunidades ao desenvolvimento de suas habilidades e capacidades da leitura, da interpretação, da escrita e do cálculo, tendo em vista o atendimento às diferenças individuais; Motivar educadores e educando a desenvolver recursos ensino-aprendizagem diversificados; Sensibilizar a comunidade escolar para a educação em valores humanos, através da integração, cooperação, respeito e comprometimento; Integrar os conteúdos numa ação conjuntiva, valorizando o trabalho em grupo, buscando participação, autonomia, através da prática interdisciplinar; Elevar a auto-estima e a motivação. Ter uma prática pedagógica de acordo com a faixa etária para continuar aprendendo, valorizando seus resultados em relação às suas capacidades;

As crianças tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental encontram-se numa fase decisiva e, portanto, de extrema importância de seu processo

de formação, pois, neste período de desenvolvimento tanto físico como intelectual ela apresenta-se bastante receptiva ao novo, havendo muito encantamento pelas descobertas e tudo isso precisa ser bem explorado pois, trata-se de um processo de aprendizagem que envolve diversas fases. É uma contínua construção de conhecimento. Lembrando que cada criança é única com identidade própria e ritmo singular de desenvolvimento. Sua maturação é particular bem como suas características pessoais. Fazendo necessário propor situações que as incentivem conquistar paulatinamente sua autonomia e individualidade em diversos contextos.

### 05 - Tempo Escolar

Visando uma melhor abrangência das necessidades da escola e propondo metas para que possamos saná-las, desenvolvemos tabelas onde são propostas mudanças, designados agentes responsáveis pela mesmas e por fim um plano de ação pretendido pela escola. Lembramos que todos os membros da comunidade escolar estão diretamente envolvidos em todas as ações:

### DISTRIBUIÇÃO DE TAREFAS E CRONOGRAMA – 2010 a 2012

SEQUÊNCIA	TAREFA	RESPONSÁVEL
01	Formulação de hábitos sociais disciplinares	Toda a equipe escolar
02	Trabalhar os pré-requisitos básicos ao processo ensino-aprendizagem	Docentes
03	Minimizar infrequência e evasão	Corpo técnico e docentes
04	Confeccionar materiais didático-pedagógicos	Docentes e discentes
05	Capacitar profissionais	Corpo técnico e administrativo
06	Reduzir o índice de dificuldades em determinadas disciplinas	Corpo técnico e docente
07	Incentivar a leitura com foco na capacidade interpretativa e o letramento	Corpo técnico, pedagógico e docente
08	Reforma geral do prédio e pintura – ampliação da cantina escolar e construção de uma quadra poliesportiva	Corpo administrativo (solicitação ao poder público)
09	Reforma, ampliação e cobertura do parquinho	Corpo administrativo (solicitação ao poder público)
10	Plantio e uso da horta	Toda a equipe

#### Plano de Ação.

PRIORIDADES	OBJETIVOS	METAS	AÇÕES
*Propiciar aquisição de experiências amplas e	*Desenvolver aspectos físicos,	*Trabalhar coordenação motora, orientação	*Desenvolver técnicas que atendam à sua

diversificadas na educação infantil, adequadas aos referenciais da mesma.	psicológicos, intelectuais e sociais.	temporal e espacial, equilíbrio estático e dinâmico com ênfase aos pré-requisitos básicos para habilidades básicas ao domínio da leitura e escrita futura.	potencialidade com atividades lúdicas.
* Adaptar o currículo de acordo com os parâmetros curriculares nacionais e com a realidade local.	*Adaptar a escola a realidade de vida de sua clientela, despertando assim, o gosto pelos estudos.	*Sondar a comunidade, saber de suas prioridades e metas.	*Trabalhar o município, cultura, aspectos sociais, econômicos e políticos.
*Trabalhar a interdisciplinaridade. *Promover e realizar feiras culturais, literárias, competições esportivas e eventos diversos. *Atendimento individual a alunos com dificuldades na aprendizagem.	*Integrar os diversos conteúdos.  *Desenvolver o gosto pela escola, através de atividades artísticas, culturais e recreativas.	*Trabalhar a interdisciplinaridade de forma contextualizada.  *Trabalhar a cultura regional e promover o lazer e aprendizagem.	*Estudos, reuniões, reciclagens, troca de experiências.  *Feiras culturais, festival de música e poesia, competições esportivas. *Momentos cívicos.
*Atendimento individual a alunos com dificuldades na aprendizagem.	*Motivar e desenvolver capacidades e habilidades.	*Promover o desenvolvimento integral do aluno.	*Atividades lúdicas direcionadas.
* Atendimento a clientela.	*Atender a demanda escolar e evitar a evasão.	*Estimular o progresso e a conscientização da necessidade da aprendizagem.	*Criar grupos de estudos. * Estimular e valorizar exercícios extra-classe.
*Elaboração e realização da avaliação diagnóstica.	*Nortear o planejamento e replanejamento pelo professor sobre as necessidades do trabalho e aprofundamento nos conteúdos vistos.	*Conscientizar os alunos e comunidade da necessidade de estudo e esforço contínuo para aprendizagem dos conteúdos.	*Promover aulas diversificadas, oficinas didático-pedagógicas, eventos festivos, desenvolver as artes e os esportes, acompanhar o aluno e a família.
*Escola aberta aos pais e alunos para sugestões e apoio.	*Trazer os pais para dentro da escola, visando a sua participação no dia-a-dia escolar.	* Participação dos pais e alunos na vida da escola.	*Avaliar e discutir os resultados frequentemente.
*Secretaria atualizada.	* Prestar serviços e atender a toda a comunidade com eficiência.	* Atualização das secretárias.	* Reuniões de estudo para articulação de idéias e opiniões envolvendo toda a comunidade escolar. * Estudo, manutenção dos arquivos com legislação em vigor e

			possíveis inovações.
*Educação física e artes.	*Interagir com materiais, instrumentos e procedimentos diversificados em ambas as áreas.	*Atualização do professor. *Trabalhar a interdisciplinaridade.	*Trabalhar a psicomotricidade, relacionamento e brincadeiras.
*Meio ambiente.	*Conscientização para a importância do equilíbrio ambiental para a vida do planeta.	*Estimular a diversidade cultural e ambiental.	*Estimular a diversidade cultural e ambiental. *Desenvolver valores e atitudes de respeito ao meio ambiente e a vida.
*Elevação do índice de proficiência das avaliações externas: Proalfa, Proeb e Prova Brasil.	*Melhorar o desempenho dos alunos em língua portuguesa e matemática.	*Conhecer biografias de escritores e suas obras (poesias, histórias). Promover oficinas de criação de textos, gincanas de matemática. Trabalhar com textos variados.	*Criação do jornalzinho da escola. Selecionar trabalhos, textos e colocá-los em exposição.
*Divulgação de resultados através de gráficos e reuniões melhorando relação escola/comunidade.	*Mobilizar os pais para participarem de reuniões, encontros e outras ações que contribuem para a auto-estima e auto-disciplina dos alunos.	*Utilizar diversas estratégias de comunicação.	*Realizar eleições do colegiado. Formular conceitos e avisos de reuniões. Organizar palestras e reuniões de pais.

**Projetos específicos.** Nutrir,Semeando,Olimpíadas da Língua Portuguesa,Educação para o trânsito,Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica,Lixo no lixo,Dengue,Higiene pessoal,Educação patrimonial,Cultura afro-brasileira,PROERD,PEAS,Alfa e Beto,Hora do conto.

### **Espaço físico, instalações e equipamentos**

A escola conta com uma área física de 1.933,43 metros quadrados, com uma área construída de 932,42 metros quadrados, o pátio para atividades de recreio e educação física com 397 metros quadrados.A escola conta com: saguão, sala de professores, secretaria, biblioteca, sala de vídeo, 11 salas de aula, sala de supervisão, direção, galpão para merenda, cantina com dispensa, banheiros femininos e masculinos e 4 depósitos.

## **6 - Processo de Decisão**

Todas as decisões da escola deverão estar pautadas na ética e nos interesses singulares da escola. Para isso, sempre se fará necessário e obrigatório a concordância de toda a comunidade escolar na tomada das mesmas. A escola deverá sempre divulgar suas aquisições bem como os orçamentos e despesas oriundas das mesmas e lavrar em ata todas as decisões. Uma gestão transparente e democrática é o que desejamos perpetuar em nossa escola.

## **07 - Relações de Trabalho**

As relações de trabalho no ambiente escolar deverão ser pautadas na ética profissional e no respeito mútuo entre todos, onde as diferenças e singularidades dos indivíduos sejam compreendidas como formas de crescimento pessoal.

Não será tolerada qualquer forma de desrespeito aos profissionais e entre os mesmos, cabendo pena de advertência. Como educadores que somos, devemos ser exemplo de união, equipe, respeito e tolerância.

No relacionamento aluno/professor, aluno/aluno, também deverá reinar a harmonia e o afeto. Caso haja algum procedimento que contradiz com o proposto neste, a escola, juntamente ao conselho escolar, procurará a melhor forma de amenizar e solucionar o mesmo. Ressaltamos que a arbitrariedade e o autoritarismo não possuem espaço em nossa escola.

## **08 - Avaliação**

Artigo 104 - A verificação do rendimento escolar visará especialmente acompanhar o desenvolvimento do aluno, aproveitamento e aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem:

- I) Resgatando os valores da pessoa proporcionando melhor convívio social; Dando maior eficácia à atividade-fim da escola; Melhorando a qualidade do ensino, garantindo a aprendizagem dos alunos e as expectativas de sua família.

Artigo 57 – A verificação do rendimento escolar compreenderá o dia-a-dia do aluno e a apuração da assiduidade.

Artigo 58 – A avaliação contínua do trabalho escolar do aluno será onde se observar a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

O acompanhamento e avaliação da Educação Infantil serão feitos através de fichas de observação. A avaliação do desenvolvimento da criança é realizada de forma gradativa, com o propósito de o progresso individual e coletivo das turmas. É o momento em que o educador avalia e é avaliado, refletindo sobre a prática educativo-pedagógica, podendo reajustar novos instrumentos de trabalho, adequados ao processo de aprendizagem, respeitando e adequando às diferenças individuais dos alunos. Através da avaliação, dar-se-á oportunidade de ajustes constantes, possibilitando a reorganização do trabalho na tarefa de ensinar e aprender.

Por isso, a avaliação do aprendizado só pode acontecer se for relacionada com as oportunidades oferecidas. Os estudos de recuperação, de caráter obrigatório, representam uma nova oportunidade de aprendizagem para garantir ao aluno a superação de dificuldades no seu percurso escolar.

A recuperação paralela é contínua no decorrer dos quatro bimestres quando o aluno não alcançar as habilidades e competências necessárias. A recuperação final acontecerá ao final do período letivo em época reservada para tanto, no calendário escolar.

#### **Avaliação institucional – interna e externa**

- Interna: A avaliação interna é feita no decorrer de cada bimestre, elaborada pelos respectivos professores. Os alunos que estudam pelo método Alfa e Beto: Educação Infantil, 1º e 2º anos, são avaliados de acordo com as especificações próprias do método.
- Externa: A avaliação externa é realizada na escola orientada pela SRE de Patrocínio, através do PROALFA para o 3º ano, Provinha Brasil para o 2ºano, PROEB e Prova Brasil para o 5º ano.

#### **09 - Conclusão geral**

O projeto político pedagógico da escola, envolve todos os segmentos da comunidade escolar, desde os estudos preliminares até a sua construção, execução,



acompanhamento e avaliação. O projeto visa nortear o dia-a-dia da escola, traçando diretrizes e metas, promovendo ações que canalizem para o desenvolvimento pleno do aluno e atividades educacionais contextualizadas, de acordo com a evolução e com os avanços tecnológicos e científicos que o mundo moderno exige. Este é flexível, devendo ser revisto sempre que necessário.

## 10 - Bibliografia

- Referenciais da Educação Infantil
- Parâmetros Curriculares Nacionais
- Ceale (ensino fundamental de nove anos)
- Regimento escolar
- Apostila – Itens constantes para a proposta pedagógica
- Apostila – Encontro técnico com as secretárias das escolas
- As instituições de Educação Infantil e a construção de propostas pedagógicas
- Gestão da Escola – Sugestões e esclarecimentos –SEE
- Escola e transformação Social. Gandin, Danilo. Editora Vozes.
- Estatuto da criança e do adolescente
- Constituição federal
- LDB 9394/96
- Guia do Diretor Escolar Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
- **LIBÂNEO**, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.